



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

PROCESSO SELETIVO – 2ª ETAPA
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA (TRV) – EDITAL 05/2014-COPESE

CURSO: BACHARELADO EM DIREITO

DATA: 26/03/2014

HORÁRIO: das 09 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ✘ Verifique se este CADERNO contém um total de 30 (trinta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções cada. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✘ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✘ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ✘ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

01. Considerando as afirmações a seguir a respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- I. As correções a texto de lei já em vigor consideram se lei nova.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- III. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Está correto APENAS o que consta em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

02. A chamada súmula vinculante, segundo a Constituição Federal, não é obrigatória para

- (A) Presidência da República.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Prefeitura Municipal.
- (D) Administração Pública Indireta.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.

03. A possibilidade ou a faculdade que cada um tem de agir dentro das regras da lei é indicada pelo

- (A) Direito Objetivo.
- (B) Direito Subjetivo.
- (C) Direito Comercial.
- (D) Direito Privado.
- (E) Direito Público.

04. Sobre Direito Natural e Direito Positivo, considere as assertivas abaixo:

- I. O positivismo jurídico engloba doutrinas que repelem a crença em um fundamento valorativo do direito;
- II. A norma moral é autônoma porque resulta do direito natural;
- III. O positivismo jurídico afirma que as Leis do Estado são portadoras de valores positivos.

Está correto APENAS o que consta em:

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I, II e III.
- (D) III.
- (E) II e III.

05. Marque a opção INCORRETA acerca do Direito Hebraico Antigo.

- (A) Uma Lei Casuística define um caso específico, distinguindo-o de outros casos similares, além de estipular a consequência legal. Esse tipo de lei costuma, além de ser impessoal, não definir o que é certo e errado, mas estabelecer responsabilidades legais.
- (B) No que se refere ao casamento, as fontes bíblicas não fazem referência a um tipo de contrato escrito. O casamento funcionava como uma transação oral, confirmada pela presença da comunidade que agiam como testemunha do ato.
- (C) Os tribunais hebraicos não puniam os ascendentes e descendentes, conforme estabelecido pela lei mosaica (Deuteronômio 24:16; 2 Reis 14:6).
- (D) No caso de um ato de violação de uma lei mandatária, a punição fica por conta de Deus e costuma ser classificada como não sendo crime, mas apenas a violação de um dever religioso. Ao passo que a transgressão de uma lei proibitiva acarreta uma punição estabelecida por um tribunal de justiça.
- (E) Quanto à questão de sucessão, de um modo geral, a liderança era transmitida automaticamente ao filho mais velho quando da morte do pai.

]

06. Sobre o Direito Grego Antigo, analise as seguintes assertivas.

- I. Drácon foi um legislador ateniense que forneceu à cidade seu primeiro código de leis, que ficou conhecido por sua severidade e cuja lei relativa ao homicídio foi mantida pela reforma de Sólon, sobrevivendo até nossos dias graças a uma inscrição em pedra;
- II. O tratamento dispensado ao Direito Grego Antigo foi semelhante ao dispensado à filosofia, a literatura e a história gregas antigas, sendo todos copiados, recopiados e constantemente citados;
- III. Segundo a classificação dada por S. C. Todd, podemos citar como fontes epigráficas das leis escritas gregas: os discursos forenses dos dez oradores áticos, mono grafias constitucionais e a antiga e nova comédia;
- IV. A arbitragem pública visava a reduzir a carga dos *dikastas*, sendo utilizada nos estágios preliminares do processo de alguns tipos de ações legais. O árbitro era designado pelo magistrado e não emitia um julgamento;
- V. Os *logógrafos* eram escritores profissionais de discursos forenses. Os logógrafos escreviam para seus clientes um discurso que este último deveria recitar como se fosse de sua autoria.

Somente é CORRETO o que se afirma em:

- | | |
|------------------|--------------|
| (A) I e III. | (D) III e V. |
| (B) I, II e III. | (E) II e IV. |
| (C) I e V. | |

07. Leia:

Formam-se as primeiras civilizações. Egito, Babilônia, Pérsia. Com os hebreus consagra-se o monoteísmo e a lei assume sua dimensão simbólica, ainda como ato divino, o pacto de Deus com o povo escolhido. A força política da lei religiosa prosseguiria com o cristianismo, dando origem à tradição milenar batizada como judaico-cristã.

(BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 26)

→ Com base no estudo da História do Direito, texto lido e em seus estudos iniciais de História do Direito, analise os seguintes itens em Verdadeiro ou Falso.

- I. () Dentre as primeiras civilizações não se podia falar em leis escritas, como é o caso do Código de Hamurabi e da Lei de Talião, que são passadas pela tradição e pelo costume tão somente de forma oral;
- II. () É consenso entre os estudiosos que a lei de Moisés, no Direito Hebreu, é uma legislação distingue direito sacro e profano, apontando-a como um direito religioso;
- III. () O processo para o Direito Hebreu precisa da revelação divina para resolver o litígio. Assim, não é necessária a investigação, basta que forças naturais ou divinas se manifestem para determinar se o réu é culpado ou inocente;
- IV. () Como é destacado no texto, há muita interferência no divino / religioso / sagrado no Direito das sociedades antigas. Exemplo é a Mesopotâmia, em que o faraó simbolizava o triunfo de uma ordem divina sobre as forças do caos;
- V. () A compreensão das leis como revelação divina, tanto para os direitos da Mesopotâmia como o direito egípcio, promoveu certa estranheza à responsabilidade política pela decisão legislativa.

Está correto APENAS o que consta em:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e V.
- (E) V.

08. Sobre o Direito na cultura islâmica, analise as assertivas a seguir:

- I. A maior característica do Direito muçulmano é a vinculação direta e dependência total à religião;
- II. As fontes legais originais básicas que se confundem com a própria teologia islâmica são o *Alcorão* e a *Sunna*;
- III. O processo muçulmano, diferentemente do procedimentalismo ocidental, apresenta natureza pouco formalista;
- IV. Na modernização e no desenvolvimento mundial do Direito Muçulmano, verifica-se a presença de certo pluralismo jurídico na prática da comunidade islâmica mundial.

Está correto APENAS o que consta em:

- | | |
|---------------|----------------------|
| (A) I e II. | (D) I, II e IV. |
| (B) I e III. | (E) I, II, III e IV. |
| (C) II e III. | |

09. Marque a opção INCORRETA sobre Alexy:

- (A) Alexy considera princípios como mandamentos de otimização caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de a medida devida de sua satisfação não depender somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas.
- (B) Alexy considera que regras e princípios são normas jurídicas, sendo que estes possuem dimensões de peso e são aplicados de acordo com as suas funções interpretativa e no caso de colisão, esta deve ser solucionada a partir de cessão de um princípio em relação a outro, em que o princípio cedente possui peso menor do que o princípio precedente. Por esse viés, não se analisa a dimensão de validade dos princípios. Esses são válidos sempre.
- (C) Para Alexy a subsunção possui a singularidade de equilibrar os entendimentos acerca dos sentidos e cargas axiológicas, determinando-se graus de dimensões valorativas, para a resolução de colisões entre princípios. Já a técnica da ponderação é construída pela densificação do princípio no caso concreto em que a prática da ponderação não gera a desqualificação e não nega a validade de um princípio preterido, mas, tão-somente, em virtude do peso menor apresentado em determinado caso, terá a sua aplicação afastada, não impedindo, portanto, a sua preferência pelo juiz em outra lide.
- (D) A técnica da ponderação consiste em técnica de decisão judicial diante de casos difíceis, que se configuram quando a decisão envolve mais de um princípio, portanto impossível a aplicação imediata da subsunção, havendo a necessidade de desfazer a situação de colisão.
- (E) Para Alexy, a ponderação deve realizar-se em três graus: determinar a intensidade da intervenção; levantar a importância dos fundamentos que justificam a intervenção e realizar a ponderação em sentido restrito, em que o princípio da proporcionalidade seria formado por três princípios parciais, a saber: o da idoneidade, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito.

10. Sobre Luhmann, marque a opção INCORRETA.

- (A) Luhmann considera que estruturas seletivas de expectativas que reduzem complexidades e a contingência são evitáveis e que desapontamentos levam ao incerto, ocorrendo que se a expectativa não puder ser substituída por outra, ela própria precisa ser substituída, incorrendo no risco de tentar uma expectativa e desapontar muitas outras;
- (B) Para Luhmann, a decisão do legislador se confronta com uma multiplicidade de projeções normativas já existentes entre as quais ele opta com um grau maior ou menor de liberdade num processo que faz parecer que o direito se origina da pena do legislador.
- (C) Luhmann considera positividade como o caráter estatuído do direito, em que estatuir é atribuição e não causa e que a positivação exclui a diferenciação qualitativa entre direito antigo e direito novo, sendo o direito em cada momento resultante de uma seleção e vige por força da seleção modificável a qualquer momento através de normas programadoras e normas programadas.

- (D) Para Luhmann a diferenciação e a autonomização funcional é alcançada e mantida através de longas cadeias decisórias por processos em sistema jurídico diferenciado que tem como certeza a coercibilidade para que a decisão do legislador seja imposta por decisões administrativas e decisões judiciais.
- (E) Luhmann considera a existência de três tipos de diferenciação funcional: separação direito e moral que alivia o direito de ter que formular as condições morais; a distinção entre verdade científica e direito, considerando ser o direito incapaz de absorver em sua estrutura o elevado risco do novo conceito hipotético de verdade e a constante possibilidade de falseamento e a separação entre direito as funções socializadoras, educadoras e edificadoras. As diferenciações fazem o direito adquirir mobilidade relativa dentro dos limites estabelecidos pela coerção.

11. Sobre Kelsen, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Kelsen, o objeto das Ciências Jurídicas são as normas jurídicas e que a conduta humana só interessa ao direito quando determinada nas normas jurídicas como pressuposto, consequência ou conteúdo, também as relações inter-humanas só interessam ao direito quando são relações jurídicas constituídas através de normas jurídicas, significando que apreender algo juridicamente é apreendê-lo como direito e como norma jurídica.
- (B) Para Kelsen o conhecimento jurídico é dirigido à norma jurídica; à aplicação, à observação e aos atos de produção da norma, havendo no conhecimento jurídico duas teorias sobre o objeto de estudo da ciência jurídica: a teoria estática que tem por objeto o direito como um sistema de normas em vigor e a teoria dinâmica que tem por objeto o processo jurídico em que o direito é produzido e aplicado. Ou seja, o direito no seu movimento, sendo o referido processo regulado pelo direito: o processo legislativo é regulado pela constituição; as leis formais ou processuais regulam a aplicação pelos tribunais e autoridades administrativas e a teoria dinâmica também está voltada para as normas verificadas no ato de aplicação é também de produção – considerando que o caráter prescritivo da decisão judicial.
- (C) Para Kelsen, a ciência jurídica representa uma atitude interpretativa dos fatos da conduta implicada na norma jurídica e descreve as normas jurídicas produzidas e aplicadas por atos de conduta humana e as relações constituídas através das normas jurídicas e entre os fatos por esta determinados. As descrições são proposições jurídicas, isto é, são juízos hipotéticos que enunciam ou traduzem o sentido de uma ordem jurídica, condições ou pressupostos fixados por esse ordenamento e consequências determinadas pelo mesmo ordenamento. São enunciados sobre objetos dado ao conhecimento. Já as normas jurídicas são mandamentos, comandos, imperativos, permissões, atribuições de poder, competências – o direito prescreve, permite, confere poder ou competência e que as mesmas não são instruções, ensinamentos, embora possam aparecer sob forma de enunciados propositivos, fáticos. A norma jurídica não é definida por estrutura frasal, o que a define é o sentido produtor do direito, sendo o que diferencia norma de proposição a diferença entre conhecimento jurídico e autoridade jurídica.
- (D) Para Kelsen, o princípio da imputação é o princípio ordenador no direito, diferente da causalidade, e é aplicado na descrição da ordem normativa da conduta humana. É análogo ao princípio da causalidade, mas deste diferente. A analogia reside na circunstância de o princípio ter nas proposições jurídicas a mesma função análoga à do princípio da causalidade nas leis naturais, com as quais a ciência da natureza descreve seu objeto, tendo como fórmula geral “sob determinados pressupostos, fixados pela ordem jurídica, deve efetivar-se um ato de coerção pela mesma norma estabelecido”.
- (E) Para Kelsen, as normas que formam uma ordem jurídica são normas que estipulam um ato coercitivo, uma sanção. A composição da norma no presente não significa predição, a norma é comando, imperativo, resultando na fórmula se A é, B deve ser em que a natureza da ligação – DEVER-SER – resulta da circunstância de a ligação na norma jurídica ser produzida através da norma estabelecida pela autoridade legislativa, não havendo exceção na regra do direito, mesmo que haja na lei da natureza, sendo, portanto, a norma jurídica inviolável, sendo a validade da norma condicionada pelos fatos: a eficácia da ordem jurídica total; a presença de um fato criando a norma; a ausência de algum fato anulado a norma.

12. Sobre Bobbio, marque a opção CORRETA.

- (A) Para Bobbio, a norma fundamental não é expressa, é pressuposição, que tem o poder de atribuir aos órgãos constitucionais o poder para fixar normas válidas, impõe o dever de obediência, sendo de natureza atributiva e imperativa.

- (B) Bobbio considera como critério material para caracterizar o direito: positivas ou negativas / categóricas ou hipotéticas e gerais (abstratas) ou individuais (concretas).
- (C) E considera como critério formal: ações internas e externas, subjetivas e intersubjetivas.
- (D) Para Bobbio, são fontes do direito os fatos ou atos dos quais o ordenamento jurídico faz depender a produção de normas e que as fontes servem de guiar na busca de conhecer um direito, havendo fontes originárias e fontes derivadas, fontes reconhecidas e fontes delegadas num triplo processo de recepção, delegação e negociação.
- (E) Bobbio reconhece como poder originário que funciona como a fonte das fontes, o poder legislativo, que funciona como ponto de referência que cria centrais de produção jurídica.

13. Sobre Dworkin, marque opção INCORRETA.

- (A) Para Dworkin, o direito como integridade supõe que as pessoas têm direitos – direitos que decorrem de decisões anteriores de instituições políticas, e que, portanto, autorizam a coerção – que extrapolam a extensão explícita das práticas políticas concebidas como convenções. O direito como completude supõe que as pessoas têm direito a uma extensão coerente, e fundada em princípios, das decisões políticas do passado, mesmo quando os juízes divergem profundamente sobre seu significado. Portanto, no direito como integridade, as pessoas têm todos os direitos que possam derivar, explícita ou implicitamente, dos princípios que proporcionam a melhor justificativa da prática jurídica com um todo.
- (B) Dworkin afirma que a integridade não requer uma coerência de princípio ao longo de toda a história. A história é importante porque permite identificar o conjunto de princípios que orientaram as decisões políticas e judiciais passadas. Mas não são apenas esses princípios e decisões manifestados historicamente que determinam o direito como integridade, pois este analisa a prática no passado e também em sua perspectiva futura. Assim, a história oferece apenas partes dos elementos necessários à interpretação.
- (C) No romance em cadeia de Dworkin os juízes são igualmente autores e críticos. Ao interpretarem uma tradição, introduzem um acréscimo que será interpretado pelos juízes futuros e que cada romancista da cadeia interpreta os capítulos que recebeu para escrever um novo capítulo, que é então acrescentado ao que recebe o romancista seguinte, e assim por diante, devendo o intérprete, assim como o romancista, criar a melhor interpretação possível como se fosse a obra de um único autor, considerando tratar-se de uma continuidade e não de um novo começo, e, por isso, a liberdade criativa fica limitada.
- (D) O juiz Hércules de Dworkin deve encontrar em algum conjunto coerente de princípios, a melhor interpretação construtiva da estrutura política e da doutrina jurídica de sua comunidade. Em seguida, verificam quais interpretações são adequadas a esse conjunto de princípios, e, apenas então, se houver mais de uma interpretação adequada, deverá buscar aquela que maximize esse conjunto coerente de princípios.
- (E) Dworkin parte do pressuposto de que o direito é interpretativo, de maneira que os juízes devem decidir o que é o direito, interpretando-o. Assim, teorias gerais do direito são, na realidade, interpretações gerais de nossa própria prática judicial, sendo o direito uma atitude interpretativa e auto-reflexiva, dirigida à política no mais amplo sentido como atitude contestadora que torna todo cidadão responsável por imaginar quais são os compromissos públicos de sua sociedade com os princípios, e o que tais compromissos exigem em cada nova circunstância, sendo, portanto, a atitude do direito construtiva, considerando que sua finalidade é colocar o princípio acima da prática para mostrar o melhor caminho para um futuro melhor, mantendo a boa-fé com relação ao passado.

14. Sobre Habermas, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Habermas, os direitos "subjetivos" surgem contemporânea ou equiprimordialmente com o Direito objetivo, mas não é suficiente o acréscimo de uma maneira meramente aditiva dos direitos sociais.
- (B) Habermas considera que a racionalização do Mundo da Vida torna cada vez mais difícil que se confie à tradição e às convenções éticas assentadas a satisfação da necessidade de legitimação do Direito promulgado, que descansa sobre as decisões mutáveis do legislador político.
- (C) Habermas considera que a trilha do desenvolvimento é a da racionalização do Mundo da Vida, que tem os seguintes passos: 1º passo: tematização das tradições culturais e os processos de socialização e 2º passo - auto-realização e autodeterminação - questões éticas e questões morais assumem um novo sentido,

subjetivista, tendo como componentes: a "cultura", as "estruturas de personalidade" e a "sociedade", enquanto totalidade das ordens legitimadas.

- (D) Habermas afirma que o significado das expressões "autolegislação" ou "autonomia moral" corresponde, na esfera de conduta da vida pessoal, à interpretação jurídico-racional da liberdade política, ou seja, à autolegislação democrática para a constituição de uma sociedade justa.
- (E) Para Habermas, a racionalização de um Mundo da Vida é medida pelo grau de penetração nas estruturas do Mundo da Vida dos potenciais de racionalidade construídos na ação comunicativa e liberados no discurso, firmando essas mesmas estruturas e dando-lhes curso. A substância ética, a eticidade, das formas coletivas de vida recolhe seus padrões das utopias de uma vida em comum solidária e não alienada no horizonte das tradições autoconscientemente apropriadas e criticamente repassadas.

15. Sobre Habermas, marque a opção INCORRETA.

- (A) Habermas considera que o risco construído na ação comunicativa é circunscrito por certezas intuitivas que são aceitas impensadamente porque vinculadas aos motivos ou razões comunicativamente acessíveis e livremente mobilizáveis.
- (B) Habermas considera o sentido da validade jurídica pode ser explicado mediante referência simultânea a ambos os aspectos - a validade social ou de fato por um lado, e a legitimidade ou validade enquanto portadora de valor, por outro.
- (C) A ação comunicativa irrestrita não pode nem se desobrigar da tarefa de integração social que recai sobre seus ombros, nem seriamente suportá-la.
- (D) Na dimensão da validade jurídica, faticidade e validade interligam-se mais uma vez, mas agora os dois momentos não se fundem conjuntamente em um amálgama indissolúvel como nas certezas do Mundo da Vida ou na autoridade de sobreponder das instituições originárias.
- (E) O uso da linguagem orientado para o entendimento que mantém a ação comunicativa funciona de tal modo que os participantes ou concordam mutuamente acerca das pretensões de validade de seus atos de linguagem, ou identificam pontos de discordância que, conjuntamente, serão levados em consideração no curso da interação.

16. Sobre Michel Foucault, marque a opção CORRETA.

- (A) Foucault correlaciona as técnicas da disciplina e o exame com o inquérito judiciário, tomando disciplina como técnica fiscal e administrativa, que se arrogava o direito de estabelecer a verdade através de um certo número de técnicas regulamentadas.
- (B) O inquérito político jurídico, administrativo e criminal, religioso e leigo foi para as ciências humanas o que a análise disciplinar foi para as ciências da natureza, uma espécie de matriz técnica na minúcia das investigações.
- (C) O procedimento do inquérito na Idade Média foi imposto à justiça acusatória por um processo vindo de cima; a técnica disciplinar atua por baixo, uma justiça penal que é ainda, em seu princípio, inquisitória.
- (D) O ponto ideal da penalidade é a disciplina finita: um interrogatório e inquérito que se prolongue numa observação minuciosa e cada vez mais analítica.
- (E) A disciplina tem que fazer funcionar as relações de poder da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções dessas multiplicidades, e também o menos dispendiosamente possível.

17. Marque a opção que não contém instrumentos de poder anônimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam:

- (A) a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos.
- (B) a substituição de um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado.
- (C) formação de um saber a respeito destes, mais que patentear os sinais faustosos da soberania.
- (D) o esquema operatório que se dá por meio do quadriculamento simétrico do tempo, dos gestos, das forças dos corpos, que pode ser transferido de modo coordenado entre os grupos.

(E) mecanismos miúdos, cotidianos e físicos de micropoder essencialmente inigualitários que constituem as disciplinas.

18. Marque a informação INCORRETA sobre Bourdieu e a teoria de campo jurídica:

- (A) As práticas e os discursos jurídicos são produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada: pelas relações de forças específicas e pela lógica interna que delimita em cada momento o espaço do possível e o universo das soluções jurídicas.
- (B) Na divisão do trabalho jurídico, há agentes investidos de competência social e técnica, incluída nesta a capacidade de interpretar o texto jurídico que consagra a visão legítima e justa que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões internas.
- (C) Campo jurídico é o lugar de concorrência para o monopólio do direito de dizer o direito, a boa distribuição, a boa ordem através de corpus jurídico que registra em cada momento um estado de relação de forças e sanciona as conquistas dos dominados convertidas em saber adquirido e reconhecido com o efeito de inscrever na sua estrutura a ambiguidade que contribui para sua eficácia simbólica.
- (D) A lógica paradoxal da divisão do trabalho jurídico constitui o princípio de um sistema de normas e de práticas que aparece como fundamento a priori na equidade dos seus princípios, na coerência das suas formulações e no rigor das suas aplicações.
- (E) na hermenêutica jurídica, a prática de interpretação de textos jurídicos não tem nela própria o seu fim é orientada para fins práticos, por isso adequada a determinação de efeitos práticos e, diferente da hermenêutica literária e filosófica, mantém sua eficácia à custa de uma restrição da sua autonomia.

19. Marque a opção INCORRETA, segundo Beck.

- (A) Beck propõe o modelo da mesa redonda para lidar com ambivalência e para a desmonopolização da especialização, formalização da jurisdição, abertura da estrutura da tomada de decisões e criação de caráter público parcial com decisões tomadas por especialistas e não especialistas.
- (B) Beck considera que a reelaboração da política se dá em três aspectos: constituição institucional da comunidade política em que a sociedade se organiza – *polity*; substância dos programas políticos para determinar as circunstâncias sociais - *policy* e o processo de conflito político com relação à divisão do poder e as posições de poder – *politcs*.
- (C) A subpolítica é reinvenção da política em contexto de risco com o retorno dos indivíduos à sociedade, numa espécie de individualização diferente de solidão, isolamento, atomização.
- (D) Na sociedade de risco há a substituição por um novo tipo de condução e disposição da vida, em que o indivíduo é ator, planejador e diretor de cena de sua própria vida e há desintegração das certezas e compulsão para encontrar novas certezas não mais baseadas na livre decisão dos indivíduos.
- (E) A existência do político e subpolítico revela um aparente esgotamento do político e um engajamento múltiplo e contraditório em que a subpolítica permite que agentes externos apareçam no cenário de planejamento e agentes sociais e coletivos e os indivíduos possam competir entre si, resultando numa moldagem da sociedade de baixo para cima.

20. Marque a opção CORRETA. Bourdieu considera que:

- (A) As divergências entre os intérpretes autorizados são necessariamente ilimitadas e a coexistência de uma pluralidade de normas jurídicas concorrentes está excluída por definição da ordem jurídica.
- (B) No texto jurídico, estão em jogo lutas, considerando que a leitura é uma maneira de apropriação da força material que nele se encontra em estado potencial.
- (C) Os juristas, por mais que se oponham a respeito de textos que nunca se impõem de maneira absoluta, permanecem num corpo fortemente integrado de instâncias não hierarquizadas que estão à altura de resolver conflitos entre os intérpretes e as interpretações.
- (D) A concorrência entre intérpretes está limitada pelo fato de as decisões judiciais só poderem se distinguir de simples atos de força política na medida em que se apresentem como interpretação de textos legais reconhecidos.
- (E) A justiça organiza-se por meio de hierarquia nas instâncias judiciais e seus poderes. Trata-se de um campo em que em período de desequilíbrio tende a funcionar como um aparelho na medida em que a

coesão dos *habitus* espontaneamente orquestrados é aumentada pela disciplina de um corpo hierarquizado o qual põe em prática procedimentos codificados de resolução de conflitos.

21. Sobre Luhmann, marque opção CORRETA.

- (A) Para Luhmann, a relação entre os humanos deriva de sua natureza e de sua condição de vida como parte da sociedade.
- (B) A estrutura do direito é institucionalizada ao nível da sociedade e as mudanças estruturais podem ser estabilizadas como conquistas evolutivas numa relação de causa e efeito.
- (C) Na passagem do direito arcaico para altas culturas e para a modernidade, modificam-se os dispositivos que garantem a formação de generalizações conscientes de expectativas comportamentais, o que mantém a forma de vigência do direito.
- (D) A formação do direito se retira dos sistemas cotidianos estruturalmente simples, funcionalmente difusos e é estatuído por outros sistemas, tendo na sua evolução a ação conjunta de três mecanismos: geração de variedade com redução de possibilidades; seleção de possibilidades aproveitáveis e manutenção e estabilização das possibilidades aproveitáveis.
- (E) Na mudança estrutural, o aumento de complexidade produz reestruturação do sistema social formando sistemas parciais funcionalmente específicos pelo processo de seletividade e a diferenciação de sistemas especiais de interação, como o direito, que funcionam como sustentáculos sociais, crescentemente, autônomos, daí a autonomização do direito ao nível da sociedade com a separação entre expectativas cognitivas e normativas e representações mais abstratas no lugar de mais concretas.

22. sobre diferenciação com Luhmann, marque a opção INCORRETA.

- (A) Na segmentação segmentária, há vários sistemas iguais, não há evolução.
- (B) A diferenciação funcional se dá com a formação de sistemas parciais para exercerem funções específicas, portanto diferentes, aumentando a superprodução de possibilidades e chances e pressão na seleção.
- (C) A diferenciação funcional torna organizável a alta complexidade social e redispõe a diferenciação segmentária em funcional que evolui do concreto ao abstrato, de modo gradual e não dicotômica, com produção de normas, processo e abstração como fatores interdependentes de desenvolvimento.
- (D) A segunda diferenciação é a de processos com sistema de interações para a seleção de decisões jurídicas a partir de normas abstratas, coladas a imagens concretas, que se desenvolve na forma de processo através de situações especiais, fórmulas e símbolos, locais, papéis e normas especiais que se isolam da vida cotidiana, autonomizando-se para a decisão jurídica.
- (E) A estrutura do processo como sistema social temporário de interação pode ser especificado temporariamente e os procedimentos são sistemas orientados a curto prazo, tendo em vista um fim, com função especial de elaboração de decisão vinculativa, com autonomia relativa, com possibilidades e incertezas e uma história própria que absorve a incerteza.

23. Marque a opção INCORRETA sobre Marx:

- (A) Marx identifica três formas de propriedade anterior ao capitalismo: a propriedade da tribo, a comunitária e estatal e a feudal ou por ordens.
- (B) Na primeira forma de propriedade, Marx afirma existir pouca divisão do trabalho e estrutura social fragmentada.
- (C) Para Marx, a propriedade mobiliária e a imobiliária só surgiram na 2ª forma de propriedade.
- (D) Marx considera que a desagregação da 2ª forma de propriedade surgiu com o surgimento da propriedade imobiliária que fez nascer as oposições campo/cidade, entre Estados, comércio marítimo e a indústria.
- (E) Na 3ª forma de propriedade, Marx considera que a propriedade privada repousa na comunidade com os servos responsáveis pela produção, por contradição foram formadas as cidade pela fuga dos servos dos feudos possibilitando o surgimento das corporações de ofício e a propriedade corporativa.

24. Sobre Marx, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Marx, a propriedade corporativa e a organização feudal do artesanato correspondem à estrutura capitalista da propriedade fundiária com divisão do trabalho já bem impulsionada.
- (B) Para Marx, no feudalismo cada país continha em si mesmo a oposição cidade-campo.
- (C) Marx considera que os indivíduos com uma atividade produtiva que ocorre de determinado modo entram em relações sociais e políticas determinadas pelo modo de produção.
- (D) Para Marx a concepção de Feuerbach que se refere a seres humanos é insuficiente por não tratar a natureza histórica e real dos mesmos, apenas ao seu caráter universal.
- (E) Para Marx, a produção dos meios que satisfazem as necessidades é um fato histórico e condição fundamental de toda a história.

25. Sobre Durkheim, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Durkheim, a semelhança surge posteriormente e progride regularmente ao mesmo tempo que e em consequência da divisão do trabalho.
- (B) Segundo Durkheim, o aumento das sociedades em volume e densidade depende da especialização e divisão do trabalho, considerando que uma tribo pequena goza e sofre as vantagens e inconvenientes da natureza e muda de natureza à medida que as sociedades se tornam mais volumosas, obrigando-as a tornarem-se mais abstrata.
- (C) Durkheim considera que o percurso da evolução social foi do concreto ao abstrato, o que pode ser verificado na não existência de deuses abstratos inicialmente, mas seres sagrados concretos, o totem com natureza divina intrínseca, depois é que se formou a noção de espíritos ou de deuses, com morada definida e existência fora dos objetos particulares a que estão ligados, menos concreto e finalmente a figura de deus geral e abstrato do monoteísmo.
- (D) Para Durkheim as normas do direito e da moral universalizam-se ao mesmo tempo em que a religião, ligadas antes às circunstâncias locais se desprendem e universalizam-se, sendo que a generalidade depende do declínio do formalismo.
- (E) Durkheim considera que quanto mais se distancia do ponto de partida mais as normas jurídicas e morais se tornam nítidas e precisas.

26. Marque a opção INCORRETA sobre Weber:

- (A) Weber afirma ser irrelevante o sentimento de justiça na criação do direito.
- (B) Weber afirma que a questão central do direito não se trata de se estatuído ou não, mas se é racional ou não, se universal ou se local.
- (C) Para Weber, a racionalização do direito fez reaparecer os antigos princípios como a interpenetração de direito objetivo e subjetivo como qualidade de uma associação pessoal, monopolizada pelos interesses pessoais.
- (D) Weber considera que a racionalização é feita não apenas pelas qualidades formais, mas pelos fins do direito.
- (E) Para Weber, são causas do desenvolvimento do direito a diferenciação profissional e pressão dos interessados.

27. Sobre Weber, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Weber, as qualidades formais do direito desenvolvem-se no seu percurso: do formalismo mágico, irracionalidade nas revelações, da racionalidade material e não-formal ligada a um fim patrimonial ou teocrático à racionalidade e sistemática jurídica crescentemente especializada e lógica com sublimação, rigor dedutivo e técnica racional do procedimento jurídico.
- (B) Para Weber, o condicionamento do desenvolvimento do direito envolve relações política com diferentes graus de empoderamento, relação entre poder sagrado e profano e diferença na formação do grupo decisivo para formação do direito.
- (C) Weber considera a delimitação do direito racional importante, embora seja controversa e tenha caráter informal.

- (D) Para Weber é direito público as normas para as ações que se referem à instituição estatal, a totalidade dos regulamentos com instruções para os órgãos estatais e direito privado normas para as ações que não se referem à instituição estatal, apenas são reguladas pelo Estado.
- (E) Para Weber, o Estado cria e aplica o direito a fatos concretos que são subsumidos às normas, cabendo ao governo atuar no que resta do ato de criar e aplicar o direito, havendo incomum entre as três funções: fundamento da legitimidade da competência própria, a natureza das normas e limitação do poder, divisão dos poderes e expansão da liberdade de ação.

28. Sobre Malinowski, marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Malinowski a coação é complexo de medidas que fazem as pessoas se aterem às suas obrigações e que a exposição, comparações e avaliação público funcionam como forma de controle da reciprocidade.
- (B) Malinowski identifica que para os trobriandeses o descumprimento das normas coloca o descumpridor fora da ordem econômica e social.
- (C) Malinowski afirma que nas sociedades trobriandesas a estrutura da sociedade se fundamenta na lei, sendo estas inelásticas e ajustáveis.
- (D) Para os trobriandese sovinice, desleixo e preguiça significa quebra de contrato.
- (E) Para Malinowski nenhuma ordem social pode ser mantida sem *Espirit de corps*, solidariedade, orgulho da comunidade e do clã em todos os tempos.

29. Sobre Malinowski marque a opção INCORRETA.

- (A) Para Malinowski a lei e os fenômenos da lei são instituições independentes, como aspectos da vida social/tribal, um lado de sua estrutura.
- (B) Para Malinowski, a lei é o resultado da configuração de obrigações que impossibilitam o nativo de esquivar-se à sua responsabilidade sem sofrer por isso no futuro.
- (C) Para Malinowski, leis são diferentes de costumes, nos costumes há uma coerção moral quando descumpridos e nas leis há uma responsabilização pelos danos provocados.
- (D) Para Malinowski, o controle da aplicação da lei é feito com publicidade para controle social.
- (E) Para Malinowski as leis civis diferem das penais em razão de estas responderem ao descumprimento com punição, pena, sendo a Lei civil o conjunto de obrigações consideradas corretas e como dever mantida por reciprocidade e publicidade como estrutura da sociedade.

30. Marque a opção INCORRETA sobre Dworkin.

- (A) Na elaboração da teoria do direito como integridade Dworkin considera a prática jurídica como a elaboração de um romance em cadeia, em que as afirmações jurídicas são opiniões interpretativas, que tanto se voltam para o passado quanto para o futuro, e estão em processo ininterrupto de desenvolvimento.
- (B) Dworkin cria a figura do juiz Hércules que deve realizar o esforço para alcançar a única resposta correta, em que os direitos e deveres são tomados como se tivessem sido criados por um único autor, uma espécie de comunidade personificada.
- (C) Dworkin trata o juiz Hércules como um padrão de qualidade que tem a meta de buscar a melhor resposta jurídica para o problema apresentado, atuando como reflexivo e autoconsciente.
- (D) O caminho a ser feito pelo Hércules inclui encontrar uma teoria coerente sobre os direitos em conflito, tal que um membro do legislativo ou do executivo, com a mesma teoria, pudesse chegar a maioria dos resultados que as decisões anteriores dos tribunais relatam; selecionar diversas hipóteses que possam corresponder à melhor interpretação do histórico das decisões anteriores; caso elas se contradigam é necessário encontrar uma correta; encontrar a hipótese correta, a partir do pensamento de que o direito é estruturado por um conjunto coerente de princípios sobre justiça e equidade e o devido processo legal adjetivo; eliminar toda hipótese que seja incompatível com a prática jurídica de um ponto de vista geral; colocar a interpretação à prova: perguntar a si próprio se essa interpretação é coerente o bastante para justificar as estruturas e decisões políticas anteriores de sua comunidade.
- (E) Dworkin considera a integridade como a interpretação que o juiz faz a partir de uma teoria geral do direito que reflita os princípios de equidade, justiça e devido processo legal.